

A inclusão na educação profissional e tecnológica: a situação de alunos com necessidades específicas no *Campus* Porto Nacional do IFTO

Jéssica Aires Silva¹, Elias Vidal Bezerra Junior², Janio Carlos Nascimento Silva³

¹Discente de graduação em licenciatura em Computação – IFTO. Bolsista do PIBID. e-mail: jessicaairesma@yahoo.com.br;

²Professor de Computação – IFTO. e-mail: eliasvidal@ifto.edu.br;

³Professor de Computação – IFTO. e-mail: janio.carlos@ifto.edu.br

Resumo: Esta pesquisa apresenta resumidamente a história da educação inclusiva no Brasil, apresentando sua aplicação da educação básica ao ensino profissional e tecnológico e o atual quadro de alunos com necessidades específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional. O Campus apesar de não contar com um Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas desde sua abertura até o primeiro semestre de 2015 já realizou 13 matrículas de alunos com algum tipo de deficiência. Por meio do levantamento de dados da instituição através da coordenação de registros escolares é apresentado o quadro de alunos com necessidades específicas matriculados na instituição até o primeiro semestre de 2015, destacando sobre os cursos escolhidos por esses alunos, a situação acadêmica e o tipo de deficiência.

Palavras-chave: deficiência, educação, inclusão

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vivenciamos o crescimento da preocupação dos agentes de educação em ampliar as políticas de educação inclusiva.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2010)

Antes dos anos 1960, no Brasil, a educação para pessoas com necessidades especiais era praticamente exclusividade de instituições não governamentais especializadas e número de classes especiais não era expressivo (FERREIRA, 2006). A partir do atendimento especializado que se organizou a educação especial, por meio de uma série de acontecimentos resultados de muito estudo e luta. Esses esforços podem ser resumidos nos eventos descritos na tabela 1.

Tabela 1. Marcos históricos e normativos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. BRASIL, 2010.

Ano	
1857	Instituto dos mudos e surdos (“Instituto Nacional da Educação dos surdos”)
1854	Imperial Instituto dos meninos Cegos (“Instituto Benjamin Constant”)
1926	Instituto Pestalozzi
1954	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
1945	Primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com super-dotação na Sociedade Pestalozzi

1961	Atendimento fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61
1971	Lei nº 5.062/71, que altera a LDBEN de 1961
1973	Centro Nacional de Educação Especial – CENESP
1988	Constituição Federal de 1988
1990	Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
1990	Declaração Mundial de Educação para Todos
1994	Declaração de Salamanca
1994	Política Nacional de Educação Especial
1996	Lei nº 9.394/96, atual LDBEN
1999	Decreto nº3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89
2001	Resolução CNE/CEB nº 2/2001
2001	Lei nº 10.172/2001, Plano nacional de Educação – PNE
2001	Decreto nº 3.956/2001, promulga no Brasil a Convenção de Guatemala (1999)
2002	Resolução CNE/CP nº 1/2002 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica
2002	Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais
2002	Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e difusão do sistema Braille
2003	Implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva
2004	Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular
2004	Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048 e nº 10.098/00
2005	Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos
2005	Implementação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
2007	Plano de Desenvolvimento em Educação – PDE
2007	Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes de Compromisso Todos pela Educação

Os avanços apontados na tabela 1 colocam o Brasil em uma posição de destaque nas políticas de educação inclusiva. A realidade destacada em FERREIRA (2006), é totalmente revertida como podemos ver na citação abaixo.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2010).

O trecho acima, retirado de documento oficial, reforça que o Brasil não enxerga o educando com necessidades especiais como alguém que deve ser tratado de forma separada e sim de forma integrada, junto dos demais estudantes. A criação de iniciativas como a Ação TEC NEP, em 2000, possibilitou o fim dessa exclusão educacional histórica tornando nossas instituições mais humanizadas (NASCIMENTO & FARIA, 2013).

Esse novo pensamento implantado nas políticas de atenção ao educando especial pode ter provocado um aumento de pessoas atendidas nas instituições de ensino no Brasil; “o Censo da Educação Especial na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%. A evolução das ações referentes à educação especial nos últimos anos é expressa no crescimento de 81% do número de municípios com matrículas, que em 1998 registra 2.738 municípios (49,7%) e, em 2006 alcança 4.953 municípios (89%)”, (MEC, 2010). Baseado nisso, podemos dizer que os Institutos Federais possui papel importantíssimo nessa expansão da oferta de educação inclusiva. A fim de assegurar o direito ao acesso à educação profissional, o Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, no artigo 3, parágrafo 3, propõe “ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011)

As pessoas com necessidades educacionais especiais têm por direito sua inclusão no sistema de ensino, cabendo à instituição não apenas matricular, mas garantir um atendimento especializado que proporcione uma aprendizagem de qualidade. A LDB/96 assegura esse direito, exigindo adequação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as especificidades de cada aluno. Nos sete campus do IFTO até o segundo semestre de 2014 apenas três contavam com o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) os Campus: Araguatins, Gurupi e Palmas.

O Campus Porto Nacional apesar de não contar com um Napne desde sua abertura até o primeiro semestre 2015 já realizou 13 matrículas de alunos com algum tipo de deficiência segundo a Coordenação de Registros Escolares (CORES). É apresentado nesse trabalho um levantamento sobre os cursos escolhidos por esses alunos, a situação acadêmica e o tipo de deficiência.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de uma investigação descritiva, com abordagem quantitativa e utilização de bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Teve início no primeiro semestre de 2015 Primeiramente foram coletados dados referentes a alunos portadores de necessidades específicas matriculados na instituição em questão por meio da Coordenação de Registros Escolares (CORES).

Após este processo foi dado tratamento às informações obtidas com intuito de analisá-las e organizá-las em tabelas informando o curso escolhido, quantidade de alunos matriculados, tipos de deficiência declarada em ato de matrícula e a situação acadêmica de cada estudante na instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IFTO Campus Porto Nacional foi inaugurado no ano de 2010 e contava com o total de 872 alunos matriculados na instituição no primeiro semestre de 2015. A porcentagem de alunos portadores de necessidades específicas matriculados na instituição corresponde a 1.03% do total

de alunos matriculados no mesmo período. O curso mais procurado por essa minoria até a realização da pesquisa foi o curso de Licenciatura em Computação responsável por 46.15% das matrículas realizadas por alunos portadores de necessidades específicas. Os demais cursos procurados podem ser observados na tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Quantidade de alunos portadores de necessidades específicas matriculados por curso. CORES-IFTO, 2015.

Curso	Quantidade de matrículas
Licenciatura em Computação	06
Tecnologia em Logística	01
Técnico em Informática	01
EMI - Meio Ambiente	02
EMI – Administração	03

No instituto o próprio aluno no ato de matrícula informa se possui alguma deficiência. Para auxiliar o entendimento de quem pode ser considerado deficiente no Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, no artigo 2, esclarece que “São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”. Alguns alunos declararam possuir mais de um tipo de deficiência como pode ser observado na tabela 3 que apresenta 17 tipos de deficiência para 12 alunos. Um aluno declarou ser deficiente, mas preferiu não informar sua deficiência.

Tabela 3. Quantidade de alunos portadores de necessidades de especificas matriculados por deficiência. CORES-IFTO, 2015.

Deficiência	Quantidade de matrículas
Auditiva	01
Baixa visão	02
Cegueira	01
Física	04
Mental	02
Múltipla	02
Surdez	01
Visual	04
Não declarou	01

De todos alunos que declararam ter alguma deficiência, apenas um aluno apresentou laudo médico a CORES da instituição: O aluno com cegueira matriculado no curso de Licenciatura em Computação. Os cursos em que esses alunos foram matriculados possuem maneiras diferentes de avaliação. Os cursos EMI são avaliados bimestralmente com resultado apresentado anualmente, os cursos técnicos são avaliados semestralmente com resultado apresentado por módulo, os cursos superiores de Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Logística possuem grade aberta e são avaliados semestralmente com resultados apresentados por período.

Tabela 4. Quantidade de alunos portadores de necessidades de especificas matriculados por situação acadêmica. CORES-IFTO, 2015.

Situação acadêmica	Quantidade de matrículas
Cursando 1º ano do ensino médio	03
Cursando 2º ano do ensino médio	02
Cursando 3º módulo de curso técnico	01
Cursando 1º período de graduação	01
Cursando 3º período de graduação	01
Cursando 6º período de graduação	01
Evadido	04

A evasão está relacionada a diversos fatores, divididos em internos e externos. Os fatores internos são ligados ao curso, e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência sócio educacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal. [DIAS et al(2009) apud PAREDES, 1994].

Os alunos que estão cursando o primeiro ano ou o primeiro período ainda não possuem resultados sobre o rendimento ou frequência informada a CORES, o que poderia dobrar a taxa de evasão no segundo semestre de 2015. Para entender as causas que levaram a evasão desses alunos seria necessário um estudo específico sobre evasão a fim de identificar as causas e produzir políticas internas de combate e minimização da evasão.

6. CONCLUSÕES

É possível observar com esse estudo que mesmo com grandes conquistas legais e sociais a inclusão na educação profissional e tecnológica no *Campus* Porto Nacional ainda é um desafio. As evasões ocorridas mostram que não basta apenas realizar a matrícula, incluir é diferente de inserir e para que haja inclusão é preciso dar condições para que o aluno possa concluir seus estudos.

Com total de 13 alunos portadores de necessidades específicas matriculados até o primeiro semestre de 2015 a taxa de evasão apresentada até esse período é de 30.76%. Esse fenômeno que ocorre em instituições no mundo inteiro deve buscar alternativas para minimização da evasão através de estudos e desenvolvimento de ações de âmbito local.

A identificação dos motivos de evasão podem ocorrer através do contato com os alunos evadidos por meio de novas pesquisas. Algumas instituições já contam com núcleos de estudo e combate a evasão que ajudam a minimizar esse problema e Napnes que acompanham e auxiliam os alunos com necessidades específicas dentro da instituição.

Estudos locais que proporcionem maior conhecimento sobre o assunto serão usados para ampliar e aprimorar o atendimento a portadores de necessidades específicas no Campus Porto Nacional do IFTO. Despertar o interesse a pesquisas de âmbito local pode gerar impactos positivos maiores que o problema em questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Revoga o Decreto no 6.215, de 26 de setembro de 2007, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite- IPI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 148, n. 221, p. 12-13, 18 nov. 2011. Seção 1.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-842, 23 dez. 1996. Seção 1.



_____. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF. 2010. 73p.

DIAS, Ellen Christine Moraes et al THEÓPHILO, Carlos Renato; LOPES, Maria Aparecida Soares. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da universidade estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG, 2009.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: Rodrigues, David. (org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, p. 86-113, 2006.

NASCIMENTO, Franclin; FARIA, Rogério. A questão da inclusão na rede federal de educação profissional e tecnológica, a partir da ação TEC NEP. In NASCIMENTO, Franclin Costa; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; SILVA, Neide Samico (Org.). Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: Um Caminho em Construção. Brasília: Editora IFB, 2013. p. 13-23.